



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**



<b>PROCESSO</b>	<b>16327.721030/2018-48</b>
<b>ACÓRDÃO</b>	1202-001.336 – 1ª SEÇÃO/2ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
<b>SESSÃO DE</b>	16 de julho de 2024
<b>RECURSO</b>	DE OFÍCIO E VOLUNTÁRIO
<b>RECORRENTES</b>	ITAÚ CORRETORA DE VALORES S/A FAZANDA NACIONAL

**Assunto: Processo Administrativo Fiscal**

Ano-calendário: 2013, 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

A apreciação da matéria pelo CARF sem que tenha sido apreciada pela instância a quo caracteriza supressão de instância, o que não se admite no direito processual administrativo tributário. Deve ser cancelado o acórdão recorrido e os autos encaminhados à Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento para que seja proferida nova decisão na boa e devida forma, com1 análise da existência do erro de cálculo alegado pelo sujeito passivo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade, em anular a decisão de julgamento de primeira instância e determinar o retorno dos autos para que nova decisão seja proferida com análise das razões de defesa não apreciadas no primeiro julgamento.

Sala de Sessões, em 16 de julho de 2024.

*Assinado Digitalmente*

**Leonardo de Andrade Couto** – Presidente e Relator

Participaram da sessão de julgamento os(as) julgadores(as): Mauricio Novaes Ferreira, André Luis Ulrich Pinto, Ana Cecília Lustosa da Cruz (suplente convocada), Roney Sandro Freire Correa, Míriam Costa Faccin (suplente convocada) e Leonardo de Andrade Couto. Ausentes

o Conselheiro Fellipe Honório Rodrigues da Costa, substituído pela Conselheira Ana Cecília Lustosa da Cruz e o conselheiro Marcelo José Luz de Macedo, substituído pela Conselheira Míriam da Costa Faccin.

## RELATÓRIO

Trata o presente de autos de infração do IRPJ e da CSLL lavrados em 19/12/2018 referentes aos anos-calendário de 2013 e 2014 nos valores de R\$ 130.303.628,73 (IRPJ) e R\$ 69.617.753,45(CSLL) aí incluídos multa de ofício e juros de mora (SELIC).

As infrações podem assim ser resumidas:

1) Excesso de Juros sobre Capital Próprio (JCP) que foram:

1.1) distribuídos, nos anos de 2013 e 2014, de forma não proporcional à participação dos sócios sobre o Capital Social;

1.2) imputados, nos anos de 2013 e 2014, aos dividendos obrigatórios acima dos limites legais e sem a dedução do valor de IRRF retido;

1.3) pagos, no ano de 2014, acima do limite de dedutibilidade pois aplicou-se a TJLP do ano inteiro, quando deveria ter aplicado a taxa *pro-rata* relativa ao período de 01/01/2014 a 30/09/2014 (data base da deliberação de pagamento dos JCP);

2) Glosa de despesas de participação nos lucros e resultados (PLR) dos empregados pela não comprovação do cumprimento dos requisitos da Lei nº 10.101/01; e:

3) Adição não efetuada no LALUR das despesas com pagamento baseado em ações a sócios.

A autuada apresentou impugnação suscitando em apertada síntese:

Em relação ao item 1 acima:

- A legislação não estabelece como condição para a dedutibilidade o pagamento dos JCP aos acionistas na proporção da participação que possuem no capital social;

- Houve equívoco na apuração do valor tributável pois, considerando que na visão do Fisco apenas a distribuição proporcional do JCP estaria correta, foi incluída no valor glosado parcela distribuída proporcionalmente. Apresenta planilhas de cálculo para embasar essa alegação;

- É incorreta a glosa da diferença entre os dividendos obrigatórios e o valor do JCP líquido de IRRF; e:

- A dedução do JCP em 2014 ocorreu no mês de dezembro; sendo assim não cabe apontar uma utilização proporcional da TJLP apenas até setembro daquele ano;

DOCUMENTO VALIDADO  
Em relação ao item 2:

- Para fazer jus à dedução dos valores pagos a título de PLR, cabe à contribuinte apenas demonstrar o desembolso financeiro, a contabilização e a identificação dos beneficiários por intermédio das folhas de pagamento, o que foi cumprido;

- Não houve intimação prévia para apresentação de outros documentos que, na visão do Fisco, atestariam o valor glosado; e:

- Ainda assim, para demonstrar a improcedência da autuação, traz agora o acordo coletivo de trabalho firmado com o Sindicato dos Securitários do Estado de São Paulo;

Quanto ao item 3, apresenta planilhas de cálculo onde estaria demonstrado que o valor de R\$ 9.805.181,47 (R\$ 12.812.243,89 – R\$ 3.007.062,52) não se refere a uma adição a menor da provisão de R\$ 12.812.243,89: na realidade ela é o resultado da soma das adições das provisões não dedutíveis diversas de R\$ 21.433.099,45 e da provisão do Plano de Sócios/pagamento em ações de R\$ 12.812.243,89 e excluída a reversão de provisão no valor de R\$ 24.440.161,97.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento no Rio de Janeiro prolatou o Acórdão 12-109.139 pelo qual considerou procedente em parte a impugnação e cancelou a exigência correspondente aos itens 2 e 3 supramencionados. A decisão pode ser assim resumida:

- A vedação à dedução dos JCP na apuração do IRPJ/CSLL, pagos de forma desproporcional ao capital social, foi confirmada pela jurisprudência do CARF;

- Ainda que a AGO seja soberana para deliberar dividendos obrigatórios superiores a 25% do LLA, o *caput* do art. 13 do Estatuto Social em vigor estabeleceu esse percentual;

- Com base na Deliberação CVM nº 683/2012, está correta a Fiscalização, pois não faz sentido comparar (imputar) o valor bruto do JCP (com IRF) com o valor do dividendo (isento de IRF); e:

- Como todas as despesas fiscalmente dedutíveis, a despesa com JCP segue o regime de competência sendo correta portanto a aplicação *pro rata* da TJLP até 30/09/2014, data base da deliberação para pagamento do JCP.

- Os documentos apresentados confirmam o atendimento aos requisitos da Lei nº 10.101/00. Sendo assim, deve-se cancelar a infração descrita no item 2; e:

- O demonstrativo da movimentação contábil apresentado na Impugnação encontra respaldo na Escrituração Contábil Fiscal para o ano-calendário de 2014 que foi apresentada à RFB. Assim, a despesa do Plano de Sócios/pagamento em ações de R\$ 12.812.243,89 foi adicionada à apuração do IRPJ/CSLL no ano-calendário de 2014 e, portanto, deve ser cancelada a Infração nº 3.

Em relação à parcela exonerada, a primeira instância julgadora interpôs recurso de ofício

Devidamente cientificado, o sujeito passivo apresentou recurso voluntário a este Colegiado ratificando na integralidade as razões expedidas na peça impugnatória relativamente à exigência mantida.

É o Relatório.

## VOTO

Conselheiro **Leonardo de Andrade Couto**, Relator

O recurso voluntário é tempestivo, conforme despacho de fls. 3353, e foi interposto por representante devidamente legitimado (fls. 3303/3320) portanto, dele conheço.

Na impugnação, o sujeito passivo alega equívoco na apuração do valor tributável pois, considerando que na visão do Fisco apenas a distribuição proporcional do JCP estaria correta, teria sido incluída no valor glosado parcela distribuída proporcionalmente. Apresenta inclusive planilhas de cálculo que demonstrariam seus argumentos (itens 45 a 52 da peça impugnatória).

Tal questão não foi analisada pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento. A meu ver, caracterizou-se a supressão de instância pois falece competência a este Colegiado para julgar matéria integrante da peça de defesa impugnatória que não foi apreciada pela instância de piso.

Sendo assim, a meu juízo cabe a anulação da decisão de primeira instância e o retorno dos autos à instância *a quo* para que outra seja proferida na boa e devida forma, com apreciação da matéria não julgada no acórdão ora anulado.

É como voto.

*Assinado Digitalmente*

**Leonardo de Andrade Couto**